



O COMÉRCIO E O CONSUMO TURÍSTICOS NAS/DAS CIDADES HISTÓRICAS COLONIAIS MINEIRAS: OS CASOS DE TIRADENTES E SÃO JOÃO DEL REI ¹

EVERALDO BATISTA DA COSTA

Professor da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Brasil
Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Contato: everaldo.costa@usp.br

Nota introdutória:

A produção e a consagração das cidades históricas coloniais de Minas Gerais nos quatro momentos de valorização do patrimônio cultural brasileiro

Antes de problematizar sobre as atuais dinâmicas comerciais e de consumo turísticos que dão nova forma e conteúdo às cidades históricas coloniais mineiras, em especial Tiradentes e São João Del Rei – o **objetivo** deste trabalho – torna-se preponderante apontar o que pode ser considerado como quatro fases inerentes à formação e à consagração dessas cidades na perspectiva de um movimento que universaliza o patrimônio cultural brasileiro (Costa e Scarlato, 2009). Logo, a partir de uma teoria crítica geográfica e da própria leitura das fases histórico-processuais de consagração de tais cidades é que está norteado, **metodologicamente**, este trabalho. Entende-se o que será discutido como processo de “banalização pela cenarização progressiva do patrimônio” (Costa e Oliveira, 2008) como produto da revalorização decorrente de uma emergente economia urbana calcada no que Arantes (2005) denomina “culturalismo de mercado”.

Santos (2003, p. 200) lembra-nos que um processo termina quando uma fração da estrutura chega a ser objetificada numa forma particular, com uma função particular, é quando um novo processo se inicia. As formas não são, pois, apenas a materialização do mundo – o mundo sensível –; corporificam uma finalidade a ser cumprida e os modos de produção acumulados garantem a permanência histórica de objetos e de sua “aura”. É nesse processo que se identifica a formação e a consagração das cidades históricas coloniais mineiras, no bojo da valorização do espaço.

As pesquisas desenvolvidas até o momento estão voltadas – no transcurso de quase uma década – para a análise da organização sócio-espacial e da mercantilização de patrimônio cultural nas cidades mineiras São João Del Rei, Tiradentes, Ouro Preto e Diamantina, o que leva a identificar quatro fases consecutivas e distintas da produção e releitura do patrimônio no Brasil, que as consagram no cenário internacional do turismo. Essas fases são: *Gênese Colonial do Patrimônio*, *Produção Simbólica do Patrimônio*, *Projeção Inicial do Patrimônio* e *Cenarização Progressiva do Patrimônio*.

Tais fases são marcadas pela trajetória sócio-econômica das cidades históricas brasileiras e representam momentos distintos de produção e valorização do espaço; ou seja, nesses momentos, há a produção de *formas* em determinadas *estruturas* que assumem *funções* distintas ao longo do *processo* histórico da “formação sócio-espacial” (Santos, 2004) da zona açucareira nordestina e da zona do ouro e dos diamantes do período colonial brasileiro.

A partir da análise de Choay (2006), podemos dizer que a consagração do patrimônio, no Brasil, sofreu as influências das orientações postas no plano internacional, sobretudo europeu, de ampliação tipológica, cronológica e geográfica do patrimônio cultural, da própria ampliação da noção de patrimônio e da idéia de conjunto em detrimento ao bem isolado, nos espaços urbanos,

¹ O tema deste artigo foi objeto de palestra no 2º Seminário Internacional Ciudad, Comercio y Consumo, realizado na Universitat de Barcelona, entre os dias 7 e 10 de dezembro de 2009, organizado pelo Observatori del Comercio de la Universitat de Barcelona.

dentro de um processo histórico contínuo que parte da gênese dessas materialidades quando da conquista, dominação e valorização de novos espaços, especificamente, no século XVIII brasileiro, momento da implantação dos núcleos urbanos da zona da mineração.

O entendimento dessas quatro fases distintas e consecutivas de produção da arquitetura colonial brasileira – em especial, da zona da mineração do ouro e dos diamantes – não se desvincula do contexto global de consagração do Patrimônio Mundial, muito menos da *dialética da construção destrutiva* (Costa, 2009) que envolve os bens culturais do mundo, ao serem símbolos, ora de memória e identidade, ora de reprodução do capitalismo, simultaneamente, no movimento processual de mercantilização da vida e da cultura. Ao contrário, a análise do processo histórico que envolveu e envolve essas “rugosidades” (Santos, 2002) cristalizadas no território (trajeto que parte da gênese inicial dos núcleos urbanos coloniais às dinâmicas contemporâneas que os envolvem), remete à consideração do valor *universal excepcional* que consagra algumas das cidades históricas brasileiras como Patrimônio Cultural da Humanidade².

Esses quatro momentos consecutivos, porém distintos no que diz respeito à valorização do espaço e da própria representação dessas cidades, uma vez identificados, remetem ao entendimento do novo padrão de comércio e consumo que se consolidam nos novos territórios da antiga zona da mineração brasileira, que guarda o mais significativo momento das relações produtivas coloniais do Brasil. Essas fases são³:

- 1) *Gênese Colonial do Patrimônio*: séculos XVI e XVII / XVIII e XIX – surgimento dos primeiros Arrais e Vilas no litoral, no século XVI e XVII, com uma ocupação filiforme e talassocrática do espaço e, posteriormente, pela expansão territorial e busca de metais preciosos [logo após a conquista de fundos territoriais (Moraes, 2005) e da primeira valorização e dominação do espaço, no *hinterland* brasileiro];
- 2) *Produção Simbólica do Patrimônio*: décadas de 1930-1950 – Especialmente as cidades da zona do ouro e dos diamantes, tornam-se referência na busca de símbolos capazes de registrar a trajetória de um novo “Estado-nação”, momento em que o *barroco mineiro* é resgatado como expressão máxima de identidade nacional. A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) pelo governo de Getúlio Vargas busca cumprir essa finalidade [essa fase é assaz significativa do ponto de vista da incipiente *valorização simbólica* (Thompson, 1995) do patrimônio por parte do Estado, no Brasil];
- 3) *Projeção Inicial do Patrimônio*: décadas de 1960 a 1990 – Nessa fase, o patrimônio passa a ser reconsiderado, no contexto do planejamento urbano estratégico, enquanto vetor de mudanças sócio-econômicas capaz de contribuir para o desenvolvimento local e regional [nesse momento, são estudadas as orientações da Carta de Veneza, de 1964, que indica a possibilidade de *valorização econômica* dos núcleos urbanos tombados]. As cidades históricas – algumas em franca decadência econômica – são evidenciadas com o incipiente turismo cultural; e
- 4) *Cenarização Progressiva do Patrimônio*: fim do século XX e início do século XXI – momento em que a atualidade da globalização, da mundialização dos lugares, da expansão do capitalismo e da seletividade do capital (MORAES, 2005; HARVEY, 2005) favorecem a transformação da cultura em um novo gênero de mercadoria, nos lugares. Nesse momento de intensificação dos fluxos (SANTOS, 2002a), torna-se premente o que já denominamos *dialética da construção destrutiva* na consagração do patrimônio, ora símbolo de cultura, ora de mercadoria, simultaneamente, no processo mercantilizador das cidades históricas brasileiras. Nessa fase, os bens culturais passam por uma reprodução ampliada, uma marcante valorização de mercado que ocasiona a *transmutação* dos valores a eles inicialmente atribuídos (de identidade, memória

² Caso de Ouro Preto, Diamantina e Congonhas do Campo, em Minas Gerais.

³ Ver: Costa e Scarlato (2009) e Costa (2009) para uma leitura aprofundada dessas quatro fases do patrimônio cultural brasileiro.

coletiva e cultura); momento em que se evidencia a vitória da troca sobre os modos operantes dos usos nas cidades coloniais tanto do litoral quanto do interior do território brasileiro.⁴

Na atual fase das cidades históricas mineiras e do patrimônio no Brasil, vê-se a cultura e a economia convergirem, correndo uma na direção da outra, dando a impressão de que a nova centralidade da cultura é econômica e a velha centralidade da economia tornou-se cultural, consagrando o chamado “culturalismo de mercado” (Arantes, 2005), o que aponta para uma nova interpretação ambiental urbana e outra espécie de valoração da paisagem urbana histórica, uma valoração eminentemente capitalística que promove o comércio e o consumo turísticos nas áreas tombadas.

Segundo Thompson (1995), os produtos da “indústria cultural” não são determinados por suas características intrínsecas como uma forma artística, mas pela lógica corporativa da produção de mercadorias e seu valor de troca, como é o caso de ritos, das festas tradicionais e religiosas perversamente espetacularizadas e representantes de um novo “produto” atrativo de fluxos diversos e não mais eventos culturais identitários tradicionais das comunidades locais. A “indústria cultural” vende seu produto sem, contudo, entregá-lo ao consumidor, esse tem um encontro efêmero com a dita “cultura” singular ou “bem cultural” especial. Acredita-se que a idéia de Harvey (2005) sobre a “alegação de singularidades” para a distinção de um lugar está relacionada à forja de imagens e representações que são emitidas por formas simbólicas que podem ou não ser fonte de reflexão, “objeto de identificação ou um referencial de interpretação” (Thompson, 1995, p. 136).

Repensando as cidades históricas mineiras e seu comércio a partir do consumo turístico: os casos de Tiradentes e São João Del Rei.

O trabalho humano é que imprime a marca de humanidade no espaço, que o produz e o organiza. Além do trabalho, pelo trabalho e com o trabalho, o ócio, o lazer e o tempo livre também produzem, sobretudo com a sociedade moderna, o espaço, de forma acelerada pelas novas possibilidades técnico-científicas e informacionais. O trabalho, assim, escraviza o homem e não o liberta; o tempo livre para o lazer torna-se, pois, nesse contexto de repressão pelo capital, uma conquista a ser estabelecida e não um direito facilmente atingível. “Nesse sentido, partimos do pressuposto de que todo o processo que ocorre entre os homens é produto de uma atividade que altera o meio social e que se configura pelo trabalho, constituindo-se num divisor entre o pensamento mítico e o histórico” (Santos Filho, 2004, p. 155). Logo, a categoria trabalho – e, hoje, o não-trabalho – tornam-se importantes para o entendimento do domínio transformador do homem sobre a natureza e os ambientes construídos: categorias indissociáveis.

Ao compreendermos que a lógica do pensamento histórico materialista tem como categoria explicativa da existência o ser humano como elemento que atualmente, modifica, retifica, destrói a realidade e a si mesmo, percebemos que a noção de não-trabalho (tempo livre) surge de forma concomitante à de trabalho. (Santos Filho, 2004, p. 159)

É importante lembrar que para o homem inscrever-se historicamente sobre a superfície terrestre, precisa satisfazer suas necessidades básicas, consumir. Mas não somente isso, mais que nunca, surgem novas necessidades sociais que podem ser escalonadas como mais ou menos

⁴ A análise desta fase de intensa *cenarização progressiva* do patrimônio cultural é salutar, pois amarrará a discussão que da dialética do *uso* e da *troca*, da *preservação* e da *mercantilização* que envolvem os bens culturais nas cidades históricas, transformando a realidade e o imaginário da população residente. Esta é a fase mercantil atual de Tiradentes, especialmente.

racionais, mais ou menos relevantes e produtoras do espaço; configura-se, pois, novas formas de circulação e consumo nas cidades. Porém, a partir de um olhar materialista histórico, pode-se dizer que o homem é sim, fruto de sua atividade concreta estabelecida pelo trabalho; no entanto, também é fruto de crenças, interpretações de sua cultura e do desenvolvimento de “ideologias”, é fruto, pois, da sua própria *práxis* e da formação histórica de sua consciência. O que seria o tempo livre e de lazer se não o produto da contestação ao próprio trabalho produtor de espaço? Isso representa não só a *práxis manipulativa*, mas também o estabelecimento de uma consciência humana necessária para construção de uma sociedade menos desigual, de cidades históricas consideradas em sua totalidade e não somente como particularidades de seu núcleo tombado, onde se concentram o comércio e o consumo, cada vez mais destinados aos turistas e cada vez menos aos seus residentes. O dinheiro e essas cidades são produtos e produtores da modernidade, de acordo com uma regra de “reciprocidade” em que a massa em movimento – da vida dos homens – põe em movimento o dinheiro, que constrói a tirania que ganha corpo nas cidades (Braudel, 1985). Logo, cidades e dinheiro são os motores e os indicadores, assinalam e provocam as trocas, especialmente, no turismo. “Elles ne sont aussi la consequence” (Braudel, 1985, p. 21).

Assim, ao pensar o consumo turístico das cidades históricas coloniais mineiras, deve-se considerar o argumento de Cruz (2003), ao afirmar que os usos determinantes de dados territórios pelo turismo, acarretam diferentes tipos de fluxos de capitais, informações e pessoas; fluxos determinados fora do lugar, por pontes entre o local e global, que dinamizam o espaço. Silveira (1997) também considera uma nova lógica de fluxos numa nova era econômica mundial, que produz o turismo, onde novas formas de circulação dos bens, do dinheiro, das idéias, dos comandos, das modas e novas formas de consumo acabam por gerar novas formas de produção. “No período técnico-científico-informacional, as formas de consumo não-material e, entre elas, o lazer, aumentam e se disseminam no território. Esse parece ser, hoje, o contexto da *produção do turismo*.” (Silveira, 1997); contexto da atual dinâmica econômica das cidades mencionadas, que se dá pela refuncionalização das formas do passado territorializadas no espaço urbano.

O turismo urbano representa a quase totalidade dos fluxos turísticos mundiais, sendo que as cidades não são apenas núcleos emissores de turistas, mas também pólos receptores de intensos fluxos (Cruz, 2003), o que se dá pelo fato de a incessante busca do lucro, ou da renda de monopólio, impor a procura ou o estabelecimento de critérios de especialidade, singularidade, originalidade e autenticidade nos lugares; daí Scifoni (2003, p. 08) afirmar que “a corrida para a inscrição na Lista do Patrimônio Mundial tem uma explicação: estar na Lista significa contar com um *status* internacional, prestígio e reconhecimento que é fundamental para o marketing do turismo”. *Status* atingido por poucos lugares, no cenário internacional, devido à lógica da expansão do capital e seleção dos lugares pelos distintos agentes do capital, ligados ou não ao turismo.⁵

Se há atores hegemônicos e não hegemônicos há lugares providos de capital e lugares desprovidos do mesmo. Há uma concentração diferencial do capital, dos fluxos, dos fixos, do consumo e do comércio, também, é claro, nas cidades históricas retratadas, onde a governança urbana e agentes de mercado fazem frente aos atores não hegemônicos que lutam por sua sobrevivência nas cidades (residentes dos centro – que sofrem o impacto da especulação – e da periferia – que vivem o intenso processo de precarização do território).

O planejamento estratégico para o turismo, nas cidades históricas coloniais mineiras, evidencia o negligenciamento do território, pois é tratado na ótica “econômica e economicista da atividade turística” (Cruz, 2005). O Estado participa, ativamente, na transformação do espaço social

⁵ Para Cruz (2007, p. 10), a mais importante contradição do modo de produção capitalista, no que tange ao espaço, é que “mesmo sendo produzido socialmente, sua apropriação é privada”, seria uma ingenuidade teórica acreditar que todos os indivíduos que habitam o planeta participam da mesma forma e com a mesma intensidade dos processos de produção do espaço. Há que se distinguir atores hegemônicos e não hegemônicos.

em produto de consumo, com programas de “preservação” de patrimônio. De acordo com Cruz (2005, p. 35), duas problemáticas afloram no tratamento do território para o turismo; a primeira diz respeito à própria negligência com a qual é tratado; a segunda está ligada ao insustentável discurso das diminuições das desigualdades regionais com a implementação da atividade, como se o turismo, uma atividade setorial, fosse capaz de reverter, por si só, desigualdades historicamente criadas. O turismo, por si só, não é capaz de reverter as realidades históricas das desigualdades sócio-regionais. Segrega, ainda mais, um turismo sem um devido planejamento territorial (Cruz, 2005, p. 35).

Nesse sentido, a escolha dos lugares para o estabelecimento dessa atividade redonda em uso e também em negligenciamento do território, dialeticamente: “De um lado, enquanto se prioriza os territórios eleitos pelo turismo com obras e normalizações de uso, se negligencia outras porções do território, abandonadas à própria sorte” (Cruz, 2005, p. 39), é o que identificamos na fragmentação articulada entre centros em vias de “valorização” e periferias em processo de “precarização”, nas cidades de Tiradentes, São João Del Rei, Diamantina e Ouro Pret. São espaços centrais das cidades que concentram uma nova lógica de consumo e comércio turísticos, em detrimento aos antigos usos e apropriações voltadas a atender aos seus residentes. Aparecem, então, serviços e comércio varejistas turísticos que podemos denominar como “modernos”, o que não significa a destruição do antigo, mas novas atividades que simbolizam o antagonismo entre a preservação e a conservação mediada pela transformação (Vieira, 2008).

Comércio e consumo em Tiradentes (MG): um padrão estritamente turistificado

O comércio e o consumo em cidades históricas fazem-se de maneira assaz particular. Dinamiza-se no território dessas cidades dois tipos de comércio para duas formas de consumo. Aqueles voltados para as relações produtivas dentro do modo de produção gestado pelas tradicionais esferas produtivas que desenvolvem o tradicional comércio e consumo de bens e serviços também tradicionais que atendem ao residente. Porém, o comércio e o consumo, nessas cidades, também devem ser entendidos na esfera da produção simbólica de um novo tipo de mercadoria, que é a própria cidade histórica preservada (a cidade-patrimônio-mercadoria). O turismo, nesse sentido, é gerido por uma nova esfera produtiva que tem no consumo do espaço e da paisagem sua lógica e que promove, nesse dinamismo, um novo tipo de comércio e consumo: da cidade –patrimônio, da paisagem urbana histórica e da cultura local.

Há em Tiradentes (figura 01) uma grande procura por espaços e imóveis, em seus núcleo tombado, para o investimento no setor terciário, financeiro e serviços. Cada ponto deste território central torna-se único, no sentido de favorecer determinado elenco de vantagens que influem diretamente no retorno ao investimento aplicado, inicialmente. Tiradentes segue a lógica em que os centros históricos são os locais onde a clientela (cada vez mais turistas tomando lugar dos residentes) está acostumada a fazer suas compras, estabelecerem-se enquanto consumidores potenciais das distintas mercadoria, que vão dos alimentícios à paisagem urbana histórica.



Figura 01: Cidade de Tiradentes, no sopé da Serra de São José. Apresenta um misto entre arquitetura e arte colonial com paisagem natural. Fonte: Google Earth - Organizado por Tatiane Araújo Ferreira, Fev. 2010.

Há um padrão muito particular da apropriação do centro pelos agentes mercantis que se implantam nesses locais da história e da memória. Cada uma das cidades históricas mineiras apresenta um ordenamento singular no que diz respeito aos usos comerciais estabelecidos nos seus núcleos tombados. O patrimônio edificado e preservado em Tiradentes estabelece a convergência de alguns sujeitos e a divergência de outros, tratando-se de turistas e residentes; cria trajetos, estabelece lugares ressignificados, reconfigura valores, estabelece diferenças e contribui para a transformação da cidade em uma nova forma de mercadoria, favorecendo a predominância das relações de troca sobre os modos operantes de uso, o que revela o movimento do espaço de consumo para o consumo do espaço (Carlos, 1996). Tiradentes, no início do século XXI, apresenta-se como símbolo singular da universal sociedade do espetáculo e um verdadeiro cenário particular.

O Largo das Forras, em Tiradentes (foto 1), que foi ponto de circulação de pessoas, reuniões e local de parada de tropas oriundas de distintas regiões do Brasil Colônia, continua como ponto convergente e de atratibilidade, mostra diferenças de usos estabelecidos por visitantes e residentes ao concentrar bares, restaurantes e lojas de artesanatos destinados ao consumo do turista, especialmente. Em contrapartida o Largo configura-se também como espaço para a permanência de residentes na tentativa de manutenção econômica na pequena cidade que se torna cada vez mais cara. O residente a esse lugar simbólico, marginalmente, apropria-se daquele espaço no afã de oferecer alguns tipos de serviço aos turistas, como passeios de charrete pela cidade ou venda de

produtos alimentícios caseiros. Os usos desse local são diversos entre turistas e residentes e os conteúdos distintos para cada olhar atento ou desavisado.



Foto 01 – Entorno do Largo das Forras, em Tiradentes (MG) [local de consumo turístico e chegada marginal do habitante local]. Foto do autor. Jan. 2009.

Não temos em Tiradentes as formas de comércio moderno que, conforme Santos (2004a), realiza-se através de uma gama de estabelecimentos que vão das grandes lojas e supermercados, englobando um grande número de produtos e uma massa de consumidores, até lojas de produtos da moda, que oferecem determinado número de artigos de luxo para uma clientela selecionada. Nessa cidade, predomina o comércio e os serviços voltados ao turismo; o residente mantém, inevitavelmente, um forte vínculo comercial e de consumo com a vizinha São João Del Rei, historicamente; uma cidade central e polarizadora do comércio, dos serviços e do consumo regionais.

Em Tiradentes, do Largo das Forras para a região acima da Rua Direita (Foto 2), concentradora da maioria dos sobrados, igrejas e capelas da cidade, o padrão de uso estabelecido torna-se específico (tem-se, hoje, caros ateliês, caras lojas de móveis rústicos coloniais, lojas de artesanatos e caros restaurantes). Nos dias com mínima movimentação turística pouquíssimos são os transeuntes residentes identificados por este núcleo tombado, estabelecendo usos notadamente religiosos neste espaço apenas em períodos das maiores festividades religiosas (frequência que diminui gradativamente)⁶. Esse espaço é apropriado de forma inexorável pelo visitante; é o auge do consumo da tradição e do lugar desejados pelo turista, como constatado em entrevistas e observações de campo. Logo, o núcleo tombado encerra o trajeto criado pela atratividade do

⁶ As inúmeras observações de campo atestam essa assertiva. Nos últimos sete anos realizamos trabalhos de campo, quer seja para pesquisas científicas, quer seja com os alunos de graduação em Geografia da Universidade de São Paulo, acompanhando o prof. Dr. Francisco Capuano Scarlato, quer seja com nossos alunos de graduação em Geografia e Turismo.

patrimônio preservado e ressignificado da cidade – o maior objeto de consumo (alienado?) turístico: a *paisagem urbana histórica*.



Foto 02 – Rua Direita, em Tiradentes. Usos estritamente comerciais turísticos. Poucos são os residentes que resistem no centro histórico.
 Foto do autor / Maio de 2008.

Logo, em Tiradentes, vigora duas centralidades que caracterizam duas distintas formas de apropriação e consumo. O Largo das Forras, na parte mais baixa e plana do núcleo, apresenta-se como lugar de parada, descanso e consumo de produtos que vão de bebidas a vestuário e artesanato. A parte mais elevada, topograficamente, do núcleo, na encosta em que se expande e onde se encontra seu sítio original (Rua da Câmara e Rua Jogo de Bola), prevalece uma apropriação e um consumo que se vale da história, da cultura e da memória representadas por uma materialidade preservada e ressignificada.

Assim, o legado setecentista e oitocentista em Tiradentes, cujos valores simbólicos corporificaram-se no conjunto urbano tombado (por vezes mal interpretado pelo despreparo dos agentes envolvidos na atividade turística), apresenta-se como um patrimônio que assume dimensão temporal e espacial por ser inseparável da história e do meio no qual se situa. Transladado temporal e espacialmente, o patrimônio urbano de Tiradentes atravessa três séculos para se configurar como principal matéria-prima da “indústria” turística que se implanta, centralizando um comércio, o consumo e usos distintos voltados eminentemente para o turismo. Contudo, apesar da movimentação representada pelo fluxo de capital e pessoas que o patrimônio estimula, contribuindo para o desenvolvimento econômico local, verifica-se que a cidade enfrenta dois gravíssimos problemas: 1) de caráter estrutural, representado pelo elevado número de veículos que transita pelo núcleo tombado, uma vez que existe uma carga limite que as antigas ruas e construções suportam; 2) de caráter social e de segregação territorial, que se refere à expulsão da população mais carente de Tiradentes devido à especulação imobiliária e o elevado custo de vida advindo do turismo.

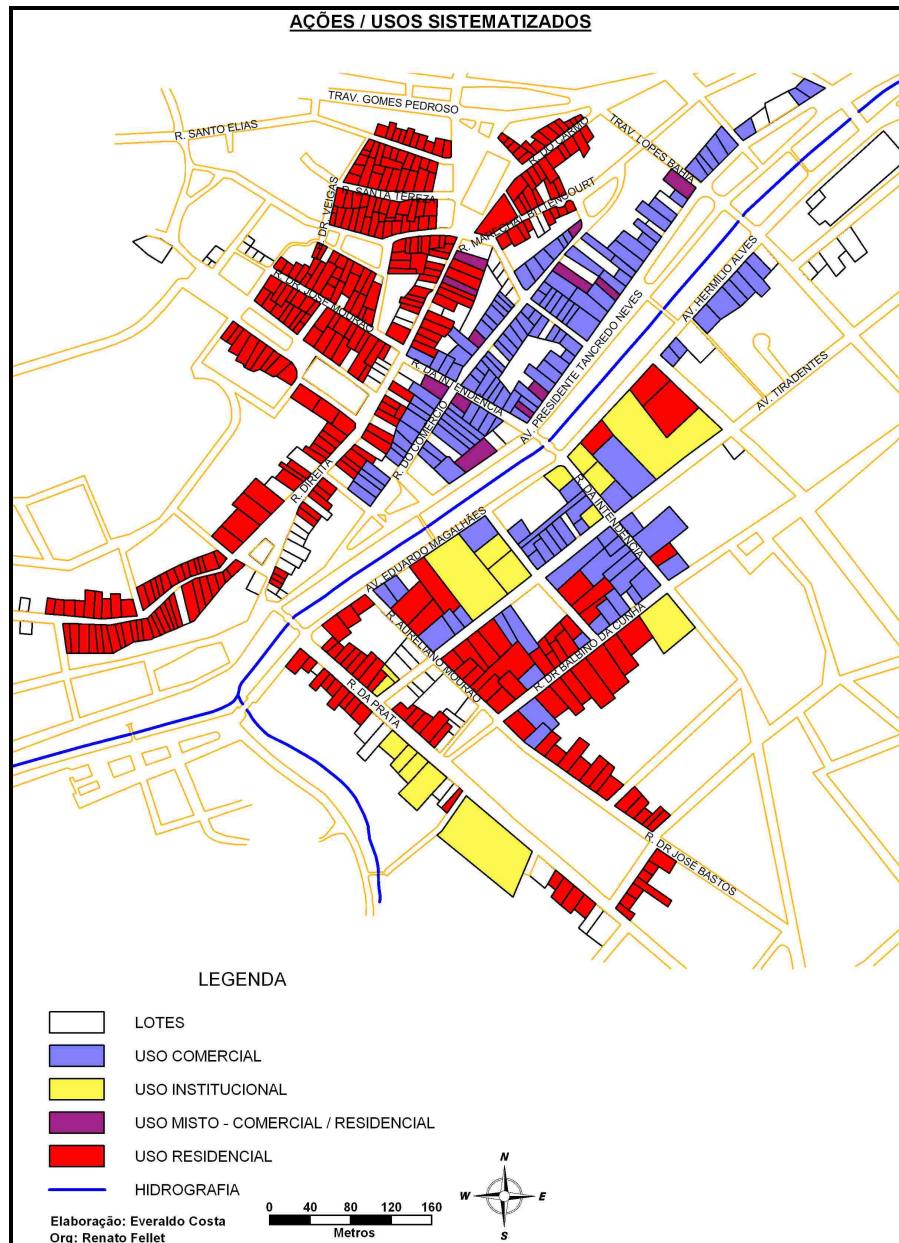
Fica claro que o mesmo turismo, agente de sustentabilidade econômica da cidade, propicia problemas urbanos inerentes à falta do planejamento estratégico, de forma a respeitar a população local, o turista e o próprio turismo, que não negligencie o território e a sociedade. Enfim, a pequena Tiradentes tornou-se uma cidade cara, onde a política de patrimônio atende ao público externo, e não busca meios de manter, dignamente, a população local. O patrimônio ali edificado assumiu valores ressignificados (no movimento do uso à troca), atraindo e repelindo concomitantemente sujeitos distintos, valorizando os “de fora” e segregando grande parte dos residentes. Apenas uma pequena parcela da população cidadina, excetuando-se os pequenos e médios empresários donos de pousadas, pensões, restaurantes e lojas diversas, ainda apropria-se de forma diferenciada dos bens memoriais, numa tentativa de manutenção de valores econômicos e culturais.

Assim, saindo da *Fase de Projeção Inicial* do patrimônio cultural brasileiro (apontada anteriormente), em que as cidades são reconhecidas, internacionalmente, como matéria-prima para o desenvolvimento turístico e em que as ações de intervenção urbana passam a conciliar planejamento estratégico e preservação de patrimônio, Tiradentes entra na quarta fase de (re)produção do patrimônio pós-década de 1990 – *Fase de Cenarização Progressiva* –, num ritmo que se intensifica a cada ano, produzindo um espaço urbano central complexo em termos da circulação de capitais, mercadorias, pessoas e uno do ponto de vista dos usos, por representar, principalmente, usos voltados para a prática turística. A cidade apresenta-se como um verdadeiro cenário, um espaço representativo da transformação do uso em troca. Atendendo as “necessidades modernas” de sobrevivência e permanência do capital, Tiradentes representa, no Circuito das Cidades Históricas Mineiras, caso notório de consumo e mercantilização do espaço, uma ascendente “banalização pela cenarização progressiva” (Costa e Oliveira, 2008). Esse processo rebate, inexoravelmente, sobre a cidade enquanto totalidade urbana e sobre a dinâmica da população no território, que chega marginalmente ao centro e vive precariamente, na periferia, tornando-se dependente da vizinha São João Del Rei, quer seja em nível de trabalho, consumo, comércio e lazer.

Comércio e consumo em São João Del Rei (MG): mas qual turistificação?

No caso de João Del Rei, os usos tipicamente residenciais, tipicamente comerciais e institucionais do espaço, no centro histórico, representam ações sociais sistematizadas que nos revelam as necessidades dos agentes envolvidos nesta organização espacial, historicamente, de forma que o turismo pouco imprime sua lógica nessa organização.

A análise *in loco* permite identificar três eixos de desenvolvimento no centro histórico, ao sobrepor objetos apropriados distintamente e ações sistematizadas. Verifica-se a existência de três subespaços a saber, o *eixo colonial*, o *eixo comercial* e o *eixo eclético*, ou seja, há a coexistência, grosso modo, de três distintas espacialidades que concentram ações e usos específicos que dão singularidade espacial ao núcleo, no bojo das principais cidades turísticas mineiras. O mapa 02 indica a concentração do uso residencial no que é apontado como *eixo colonial*, à noroeste do mapa; um uso misto com preponderância de um comércio local à noroeste do córrego do Lenheiro, no *eixo comercial*; e um uso híbrido entre serviços, comércio, residências e instituições públicas à sudeste do córrego do Lenheiro, no que é apontado como *eixo eclético*.



Mapa 01 – Uso do solo no centro histórico de São João Del Rei

Enquanto o *eixo colonial* do centro histórico caracteriza-se, principalmente, por concentrar a maior parte do patrimônio tombado da cidade, que se apresenta como atrativo turístico e também é marcado pela forte presença do residente, o eixo comercial centraliza os serviços e o principal comércio de São João; o eixo eclético, por sua vez, caracteriza-se pela diversidade dos usos, predominando o institucional, o comercial/serviços e residencial.

O que é denominado *eixo colonial* (ruas Direita, Santo Antônio, da Prata, e algumas transversais), em São João Del Rei, guarda uma peculiaridade em termos de usos; visualiza-se um conjunto colonial barroco, que é apropriado pelo turismo da cidade, caracterizar-se pela marcante presença do residente, ou seja, apesar da existência de objetos suporte ao turismo, notadamente ao redor dos principais atrativos, que vêm passando por um processo de refuncionalização atrelada a uma lógica externa e mercantil, estes não se aglomeraram por todo o eixo, reservando, ainda, este

espaço a quem de direito, à população local. Já o **eixo comercial** (foto 03) é dotado de arquitetura colonial setecentista em menor número, e de uma elevada concentração de bens representantes do período da produção do espaço urbano eclético e contemporâneo, na cidade. As ruas que compõe este eixo são a rua Do Comércio, Da Intendência, Sebastião Sete, Tancredo Neves e Manuel Anselmo; localizam-se logo abaixo do eixo colonial, tangenciando a margem esquerda do Córrego do Lenheiro, que atravessa o núcleo tombado. Este eixo é expressão máxima, no âmbito do núcleo histórico, do uso comercial/serviços e da transformação do espaço urbano através de ações que buscam o desdobramento da dinâmica comercial que subsidia uma demanda interna e externa à cidade (como o caso de Tiradentes), seja através de atendimento às necessidades locais/regionais, seja através do suporte ao precário turismo que se desenrola.



Foto 03: Rua da Intendência / Eixo Comercial. Foto do autor / Jan. 2007.

Como extensão do eixo comercial, o **eixo eclético** (à margem direita do Córrego do Lenheiro), concentra significativo uso comercial, de serviços e principalmente institucional; atende à população local e regional, além de centralizar parte do uso residencial do centro histórico, conforme o mapa anterior; contudo a população localizada nesse eixo é representante da elite são-joanense, dotada de maior poder aquisitivo que a do eixo colonial, dada a valorização dos imóveis, o preço dos aluguéis vigentes e os serviços especializados localizados neste eixo; espalham-se escritórios de advocacia, odontológicos, médicos, Santa Casa, agências de turismo, pousadas, restaurantes de comida mineira, danceterias, bares noturnos, o novo shopping, hotéis etc., caracterizando o ecletismo e o elitismo dos usos dessa área.

Vigora a coexistência de uma multiplicidade de usos e vivências sociais típicas de um centro urbano convergente, em São João Del Rei, distintamente de Tiradentes, Ouro Preto ou Diamantina; implantou-se uma dinâmica particular de desenvolvimento econômico frente ao restante da cidade, onde o forte comércio local/regional, principalmente – e menos o turismo – aparecem como as principais atividades desenvolvidas nesse núcleo, um espaço que atrai um grande fluxo de mercadorias, pessoas e capital, que consolida uma dinâmica comercial e de serviços regionais (com lojas de vestuários, supermercados, bares, restaurantes, hospitais, clínicas médicas e odontológicas etc.).

Ao tratar das três espacialidades coexistentes - *eixo colonial, eixo comercial e eixo eclético* -, fica evidenciada a realidade atual da produção do espaço no centro histórico de São João Del Rei, fruto de um processo evolutivo urbano – que parte da dinâmica sócio-espacial estabelecida com o ouro, passando por outras atividades como o Comércio de Abastecimento (São João Del Rei era a sede da Comarca do Rio das Mortes), Fábricas de Tecidos (implantada no final do século XIX), dinâmica com a criação do Complexo Ferroviário (que acompanha a implantação das fábricas de tecidos e a chegada do capital ferroviário inglês ao Brasil), para atingir, hoje, a forte presença comercial, sobretudo, e turística no núcleo tombado. Vê-se um patrimônio refuncionalizado para atender a novos usos e que mantém usos tradicionais, harmonicamente, de forma a configurar a cidade como uma particularidade singular frente a outras cidades apropriadas pelo chamado turismo cultural, ao apresentar a marcante presença de residentes no eixo colonial ou a concentração dos poucos “objetos suporte” ao redor dos principais “objetos atrativos” ao turismo (no entrono das igrejas setecentistas). Há de se questionar-se qual turistificação apresenta São João Del Rei ao se configurar como pólo central do comércio regional, sendo o centro histórico fundamental no eixo comercial.

Considerações Finais

É indubitável que há um processo de mercantilização das cidades históricas mineiras que propicia uma nova lógica de comércio e consumo, especialmente, em seus núcleos tombados. Contudo, não se pode negar que essa nova lógica de usos e funções (voltadas para o atendimento ao turista), que rebata na produção do espaço urbano, vai refletir diretamente na cidade como um todo, propiciando uma espécie de “fragmentação articulada” do território urbano (Costa, 2009). Uma fragmentação que esboça o autoritarismo dos agentes do capital na transformação valorativa de cidades-patrimônio para cidades-patrimônio-mercadoria de uma nova era, imprimindo-lhes novas espécies de uso e de consumo, bem distintos dos tradicionais, como ocorreu em Tiradentes.

Os casos apresentados são didáticos por dirigir-nos a dois padrões e níveis distintos de turistificação do lugar. Enquanto Tiradentes apresenta-se como uma cidade-cenário, que passou por um intenso processo de banalização de sua cultura, sua história e sua memória, metamorfoseadas pelo capital, tem-se São João Del Rei que guarda, ainda, suas tradicionais funcionalidades, ao atender o comércio local-regional, desde os primórdios da economia da mineração no Brasil⁷.

O que se verificam são cidades que perderam ou que se encontram em processo de perda de seus referenciais simbólicos, tradicionais e funcionais. O comércio local-regional que outrora se consolidava nos centros dessas cidades é pulverizado pela totalidade do território urbano, restando pouco de uma coerência arquetípica de um padrão tradicional de comércio e consumo próprios dessas cidades, aos moldes da sobrevivência local. Ganha espaço, nessas cidades, inexoravelmente, o comércio e o consumo que atende ao turismo, como agências de viagem, hotéis, pousadas, restaurantes, bares, lojas de *souvenirs*, ateliês, etc.

Os casos apresentados destacam-se nessa análise como exemplos de um processo de (re)produção do espaço urbano e do patrimônio cultural no contexto da globalização turística. O lugar dessas cidades passa a ser o mundo do comércio e do consumo globalizado pela lógica turística. As ações da “indústria” do turismo, principal catalizadora das políticas públicas de patrimônio estabelecidas nas cidades históricas, devem ser repensadas por *esgotar* múltiplos meios de sobrevivência que um espaço pode oferecer, diante da padronização globalizada que banaliza os lugares ao não incluir suas comunidades, sua cultura e seu tradicional modo de vida, ou, ainda, ao

⁷ Para o entendimento desse processo histórico-econômico de formação de São João Del Rei, ver Costa (2007).



apagar a possibilidade de leitura e apreensão reais de seus processos históricos de produção do espaço, de comércio e consumo.

De representante das formas particularistas de vivência e sobrevivência, o lugar passa a representar um paradigma universalista das atuais exigências mundiais; eis a nova racionalidade que permeia o comércio e o consumo nas chamadas cidades históricas de Minas Gerais. Conforme Marx (1982) afirma, todo comércio consiste no intercâmbio de coisas de diferentes tipos, com a busca de vantagens (em Minas Gerais essas vantagens são destinadas aos atores de mercado oriundos dos grandes centros brasileiros, que se estabelecem nessas cidades do interior, redimensionando a lógica mercantil local, no caso de Tiradentes, especialmente empresários do Rio de Janeiro e São Paulo). Trocar um real de pão por um real de pão não surte nenhuma vantagem, diz Marx (1982). Assim, o comércio é comparado com o jogo, que consiste em um intercâmbio de dinheiro por dinheiro com proveito e vantagem por uma das partes, e não por ambos integrantes da relação. Perde a população local, nessa lógica do “culturalismo de mercado” (Arantes, 2005) que cria novas espacialidades nessas cidades do interior; são afastados, cada vez mais, do núcleo tombado. Essa população busca novas possibilidades de consumo e comércio, no local ou a partir de cidades mais próximas, buscando também novas formas de relações sociais cotidianas, na luta pela permanência em sua própria cidade, como se perfaz em Tiradentes.

Referência Bibliográfica

- ARANTES, Otília B. A virada cultural do sistema das artes. In: JINKINGS, I; NETO, A. (ed.). *Margem esquerda: ensaios marxistas*. São Paulo: Editora Boitempo, 2005.
- BRAUDEL, Fernand. *La Dynamique du Capitalisme*. Paris: Les Editions Arthaud, 1985.
- CARLOS, Ana Fani A. A mundialização do espaço. In: MARTINS, J. S. (org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.
- COSTA, Everaldo B. *Turismo e organização socioespacial no centro histórico de São João Del Rei – MG*. São Paulo: Universidade de São Paulo: TGI, Departamento de Geografia (USP - FFLCH), 2007.
- COSTA, Everaldo. B.; OLIVEIRA, Bernadete. C. *O processo de “banalização pela cenarização” em núcleos urbanos tombados: o caso de Tiradentes – MG*. Revista Geografias, Belo Horizonte, Vol. 4, p. 33-56, 2008.
- COSTA, E. B. *A dialética da construção destrutiva na consagração do Patrimônio Mundial: o caso de Diamantina*. 2009. 281 f. Dissertação. (Mestrado em Geografia) –Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- COSTA, E. B.; SCARLATO, Francisco. C. *As fases de (re)produção do patrimônio cultural brasileiro: interpretação e valoração da paisagem urbana da gênese colonial à mercantilização das cidades históricas no Brasil*. Revista Olam Ciência & Tecnologia, Rio Claro, Vol. 9, nº1, 2009, p. 62-102.
- CRUZ, Rita de C. A. *Introdução à Geografia do Turismo*. São Paulo: ROCA, 2003.
- CRUZ, Rita de C. A. *Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado*. Santa Catarina: Editora da UFSC, Geosul (Revista do Departamento de Geociências), 2005.
- CRUZ, Rita de C. A. *Geografias do Turismo: de Lugares a Pseudo-lugares*. São Paulo: ROCA, 2007.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política; Livro 1, vol 1*. São Paulo: Difel, 1982.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. São Paulo. Editora Annablume, 2005.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2002.



- SANTOS, Milton. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: SANTOS, M; SOUZA, M; SCARLATO, F; ARROYO, M. (orgs.). *O novo mapa do mundo. Fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec, 2002a.
- SANTOS, Milton. *Economia Espacial*. São Paulo: Edusp, 2003.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: EdUSP, 2004.
- SANTOS, Milton. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2004a.
- SANTOS FILHO, João. *Ensaio Sociológico sobre o Fenômeno do Lazer em Karl Marx e Paul Lafargue*. Revista Turismo em Análise, CRP-ECA-USP: v. 15, n. 2, p. 150-165, 2004.
- SCIFONI, Simone. *Patrimônio Mundial: do ideal humanista à utopia de uma nova civilização*. São Paulo. Revista Geosp – Espaço e Tempo, nº 14, 2003.
- SILVEIRA, Maria Laura. Da Fetichização dos Lugares à Produção Local do Turismo. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. (org). *Turismo. Modernidade. Globalização*. São Paulo. Editora Hucitec, 1997.
- THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1995.
- VIEIRA, Natália Miranda. *Gestão de sítios históricos: a transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.